

EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM INICIATIVAS DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: UMA CONGRUÊNCIA PARA INOVAÇÃO SOCIAL

Environmental Education in Community-Based Tourism Initiatives: A Congruence for Social Innovation

LEONARDO FERREIRA BATISTA¹, JULIANA CARDOSO DE SANTANA², STEPHANIE FREIRE BRITO³, SUZANNE ÉRICA NÓBREGA CORREIA⁴ & KETTRIN FARIAS BEM MARACAJÁ⁵

DOI: <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v13i4p1212>

RESUMO

A literatura aponta proximidade teórica entre o Turismo de Base Comunitária [TBC], uma modalidade de turismo planejada, gerida e praticada na/pela comunidade, e a Inovação Social [IS], que se reflete em esforços coletivos para solução de problemas sociais. Nesse campo, a Educação Ambiental [EA] merece atenção. Quando realizada no TBC, a EA promove ações que partem dos atores da base [*bottom-up*], voltadas ao desenvolvimento local sustentável e à consequente transformação social, alvo da IS. Para discutir esse percurso, realizou-se uma revisão da literatura com o objetivo de articular as dimensões dos construtos apresentados. Resultados demonstram que há uma congruência de objetivos e possibilidade simultânea de aplicações dos processos no sentido de emancipar atores sociais e capacitá-los na racionalização de recursos e geração de benefício socioeconômico. Conclui-se que a relação entre os construtos desperta uma alternativa relevante para pesquisas.

PALAVRAS-CHAVE

Turismo de Base Comunitária; Educação Ambiental; Inovação Social; Desenvolvimento Sustentável; Transformação Social.

ABSTRACT

The literature points out theoretical proximity between Community-Based Tourism [CBT], a type of tourism planned, managed, and practiced in/by the community, and Social Innovation [SI],

¹ **Leonardo Ferreira Batista** – Mestre. Doutorando em Administração, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/5104264483857197>. E-mail: leonardofb.leo@gmail.com

² **Juliana Cardoso de Santana** – Mestre em Administração, Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, Brasil. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/5635410340040195>. E-mail: liannacg1@gmail.com

³ **Stephanie Freire Brito** – Bacharela. Mestranda em Administração, Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, Brasil. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/0560568378114790>. E-mail: stephaanieb@hotmail.com

⁴ **Suzanne Érica Nóbrega Correia** – Doutora. Professora do Programa de Pós-Graduação em Administração e do Mestrado Profissional em Administração Pública, Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, Brasil. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/0431849242809370>. E-mail: suzanne.enc@gmail.com

⁵ **Kettrin Farias Bem Maracajá** – Doutora. Professora do Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, Brasil. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/5398977630029480>. E-mail: kettrin@gmail.com

which is reflected in collective efforts to solve social problems. In this field, Environmental Education [EE] deserves attention. When carried out at the CBT, EE promotes bottom-up actions that start from the base actors, aimed at sustainable local development and the consequent social transformation, target of the SI. To discuss this path, a literature review was carried out to articulate the dimensions of the constructs presented. Results demonstrate that there is a congruence of objectives and the simultaneous possibility of applications of the processes to emancipate social actors and enable them to rationalize resources and generate socioeconomic benefits. It is concluded that the relationship between the constructs awakens a relevant alternative for research.

KEYWORDS

Community-based Tourism; Environmental Education; Social Innovation; Sustainable Development; Social Transformation.

INTRODUÇÃO

Com a presença de lacunas de ordem econômica, social e ambiental na abrangência das políticas públicas que envolvem atores sociais diversos (Gordon, Becerra, & Fressoli, 2017), evidenciaram-se os esforços coletivos desses atores por meio de uma participação ativa em prol de novas reflexões e atitudes para a solução dos problemas de suas comunidades (Boni, Beldamiquel, & Pellicer-Sifres, 2018; Ibrahim, 2017). Nos últimos anos, essas práticas propõem-se alternativamente ao engajamento em iniciativas de base de caráter coletivo (Correia, Oliveira, & Gomez, 2016; Gomez, Falcão, Castillo, Correia & Oliveira, 2015; Ziegler, 2017), cujos funcionamentos seguem a dinâmica *bottom-up*, um modo de rearranjo econômico caracterizado pelo escopo de esforços que são construídos de modo coletivo e parte das bases das estruturas e que geram ações que vão desde práticas de economia social e solidária (Anglada, 2016) até a mitigação de problemas de ordem ambiental (Ivanova, Zia, Ahmad & Bastos-Lima, 2020), desenvolvendo inovação social [IS] nos âmbitos comunitário, organizacional e institucional (Cajaiba-Santana, 2014; Correia, de Melo, & Oliveira, 2019; Moulaert, Martinelli, González & Swyngedouw, 2007).

Nesse mesmo entendimento, os objetivos de desenvolvimento sustentável [ODS] das Nações Unidas apresentam vários resultados pretendidos que circundam a superação de problemas socioambientais e subsidiam práticas empreendidas em 17 dimensões (Sachs, 2018): (1) Erradicação da pobreza; (2) Fome zero e agricultura sustentável; (3) Saúde e bem-estar; (4)

Educação de qualidade; (5) Igualdade de gênero; (6) Água limpa e saneamento; (7) Energia limpa e acessível; (8) Trabalho de decente e crescimento econômico; (9) Inovação infraestrutura; (10) Redução das desigualdades; (11) Cidades e comunidades sustentáveis; (12) Consumo e produção responsáveis; (13) Ação contra a mudança global do clima; (14) Vida na água; (15) Vida terrestre; (16) Paz, justiça e instituições eficazes; (17) Parcerias e meios de implementação. Os processos discutidos neste estudo são refletidos nos 17 objetivos expostos. Enfatiza-se, no entanto, o objetivo de número 11, voltado à concepção de cidades e comunidades sustentáveis.

Para esse fim, as iniciativas de IS necessitam de direcionamento para um contexto comunitário de inclusão social que correlacione o escopo das suas práticas e as relações sociais desenvolvidas internamente (Gerometta, Haussermann, & Longo, 2005; MacCallum, 2009; Schubert, 2018) para uma transformação social coletiva (Abad & Ezponda, 2019). Nesse sentido, a literatura apresenta uma congruência entre os construtos de inovação social e turismo de base comunitária [TBC] como uma temática que permite articulação teórica e a aplicação desse entendimento (Gomez et al., 2015). Nesse lócus de TBC, há um instrumento comunitário cuja aplicação tem o potencial de dar suporte ao desenvolvimento sustentável das comunidades e representar um esforço significativo dos atores sociais para a melhoria de vida em coletividade: a educação ambiental (Barbieri & Silva, 2011; Loureiro, 2006).

Com a perspectiva discutida, este estudo tem como objetivo analisar a relação entre a educação ambiental, o turismo de base comunitária e suas reflexões em inovação social, buscando responder quais as contribuições dessa relação para o desenvolvimento local sustentável e a transformação social que são pretendidos pelo âmbito da inovação social (Abad & Ezponda, 2019; Gomez et al., 2015; Souza, Lessa, & Silva Filho, 2019; Ziegler, 2017). Destarte, defende-se uma percepção alternativa acerca das práticas de educação ambiental, que podem ultrapassar novas fronteiras e adentrar espaços propícios e com objetivos sinérgicos, a partir de um modo específico de aplicação. Dessa forma, essas práticas ganham um caráter inovador e solucionador de problemas sociais de ordem ambiental, assumindo harmonicamente a estrutura de inovações sociais sustentáveis.

METODOLOGIA E REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Síntese do percurso metodológico - Este artigo apresenta articulações teóricas por meio de uma revisão de literatura acerca de três construtos: Turismo de Base Comunitária, Educação

Ambiental e Inovação Social. No sentido de apresentar a congruência entre esses construtos e a contribuição teórico-empírica dessa relação, o estudo percorre os elementos teóricos pertencentes aos campos científicos apresentados. Após, propõe-se um framework integrativo desses elementos a partir das dimensões da inovação social propostas por Correia, Oliveira e Gomez (2016), em que são descritas as relações e os objetivos comuns das temáticas envolvidas. Nesse sentido, as discussões culminam na exemplificação processual dos conceitos analisados. Estruturalmente, além destas seções introdutórias e metodológicas, apresenta-se a revisão da literatura e as discussões do framework teórico. Por fim, as considerações finais dos autores retomam os achados e sugerem estudos futuros.

Educação Ambiental e suas interfaces teóricas - Prévot, Clayton e Mathevet (2018) afirmam que a educação, de um modo geral, tem sido conceituada como a criação de conhecimento por meio da transferência de informações. Observa-se, então, que este conceito remete à necessidade de relações sociais. Nesse sentido, a existência da abordagem ambientalista no processo de educação apresenta significativa importância por direcionar a condução dessas relações e das ações que são produzidas por elas para a produção de um fenômeno de comportamento pró-ambiental, que desperta a reflexão dos sujeitos envolvidos sobre a relação deles com o meio-ambiente, uma vez que esse tipo de comportamento gera impactos significativos nas medidas de refreamento dos diversos problemas ambientais (Law, Hills, & Hau, 2017; Otto & Pensini, 2017; Teksoz, Sahin, & Tekkaya-Oztekin, 2012).

Do mesmo modo, os conceitos de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade dão-se como resultado da percepção de um cenário ambiental deteriorado, que traz à tona a mobilização para atenuar os problemas encontrados neste cenário (Barbieri & Silva 2011). Tem-se que essa concepção possui a finalidade de permitir um melhor entendimento sobre os danos do modelo em vigor, que fomenta os problemas deste cenário, e uma concepção contraposta, que serve como uma saída paralela a este modelo desequilibrado, já que o desenvolvimento sustentável tem como premissa considerar os fatores ambientais e sociais, de maneira mais equitativa (Martins & Candido, 2012). Defende-se tal perspectiva porque, em um contexto de desenvolvimento guiado pelas mecânicas de mercado, preponderantemente baseadas no crescimento das relações de produção e de consumo, tem-se um aumento no nível de degradação dos recursos naturais e um crescimento da poluição ambiental (Martins & Candido,

2012). A partir desses eventos, surgem posturas e abordagens alternativas para a resolução de problemas socioambientais, a exemplo das práticas que conduzem à educação ambiental (Dias, 2015; Law et al., 2017; Loureiro, 2006).

O surgimento dessa nova abordagem de desenvolvimento, aliada ao crescimento pontual das discussões ambientais em níveis globais, resulta na necessidade de inserir os conhecimentos de cunho ambiental nas propostas educativas, fazendo com que a sociedade seja engajada a adquirir conhecimento sobre questões referentes à sustentabilidade ambiental, tal como a preservação ambiental, que parte da premissa da sensibilização e conscientização dos atores sociais. Mas não somente isso, a praticar ações que façam jus a este tipo de conhecimento. De acordo com Dias (2015), a evolução do conceito de ambiente natural - leia-se como a evolução do termo meio ambiente, visto por Moraes (2017) como a integração de natural, artificial, cultural e do trabalho - e a proporção ao qual ela foi sendo percebida, relacionou-se diretamente com o aprimoramento do conceito de EA. Esse conceito apresenta várias definições, assim como o conceito de ambiente natural. Esteve, em seu início, atrelado à ideia de natureza, uma corrente conservacionista (Freitas, Cunha, & Lamas, 2019). No entanto, para Loureiro (2006), a concepção pedagógica da EA divide-se em dois blocos de formulações teóricas, que representam dois tipos predominantes de estruturas para a visualização e prática do processo.

Um desses blocos é denominado conservador ou comportamentalista. O autor afirma que esse bloco é fortemente influenciado pela Teoria Geral de Sistemasⁱ, pela visão holística, pela cibernética e pelo pragmatismo ambientalista da proposta de “alfabetização ambiental” norte-americana (Loureiro, 2006). Suas características centrais são:

- Compreensão naturalista e conservacionista da crise ambiental;
- Educação entendida em sua dimensão individual, baseada em vivências práticas;
- Despolitização do fazer educativo ambiental, apoiando-se em pedagogias comportamentalistas ou alternativas de cunho místico;
- Baixa problematização da realidade e pouca ênfase em processos históricos;
- Foco na redução do consumo de bens naturais, descolando esta discussão do modo de produção que a define e situa;
- Diluição da dimensão social na dimensão natural, faltando entendimento dialético da relação sociedade-natureza (sociedade como realização coletiva e objetivada da natureza humana, ou melhor, como realização e exigência para a sobrevivência da espécie humana);

- Responsabilização pela degradação posta em um homem genérico, fora da História, descontextualizado social e politicamente.

E outro chamado de transformador, crítico ou emancipatório, o qual está inserido nos debates clássicos do campo da educação, pela dialética em suas diferentes formulações de orientação marxista ou em diálogo direto com esta (Loureiro, 2006). Dentre suas características, as mais comuns são:

- Busca da realização de autonomia e liberdades humanas em sociedade, redefinindo o modo como nos relacionamos com a nossa espécie, com as demais espécies e com o planeta;
- Politização e publicização da problemática ambiental em sua complexidade;
- Convicção de que a participação social e o exercício da cidadania são práticas indissociáveis da educação ambiental;
- Preocupação concreta em estimular o debate e o diálogo entre ciências e cultura popular, redefinindo objetos de estudo e saberes;
- Indissociação no entendimento de processos como: produção e consumo; ética, tecnologia e contexto sócio-histórico; interesses privados e interesses públicos;
- Busca de ruptura e transformação dos valores e das práticas sociais contrários ao bem-estar público, à equidade e à solidariedade.

Com base nos blocos educacionais expostos por Loureiro (2006), é possível associar as características do primeiro bloco ao objeto de estudo de Fletcher (2017), que questiona o modelo educacional pontual e individualista. Este autor problematiza uma das maneiras de se fazer educação ambiental como sendo a ‘sabedoria cada vez mais convencional’, de modo que faz uso do argumento ‘conexão com a natureza’ tendo uma relação direta com o desenvolvimento da postura ambientalista. Com essa perspectiva, estudos sobre o processo de educação ambiental que utilizam a presença de um ambiente natural em sua didática são mais utilizados, uma vez que demonstram que o contato com o ambiente natural desenvolve na pessoa um sentimento de pertencimento à natureza, criando uma identidade individual e gerando uma maior sensibilização ambiental, voltada ao comportamento de diminuição dos danos causados na natureza (Braun & Dierkes, 2017; Prévot et al., 2018).

Diante do exposto, é possível verificar que essa maneira de se fazer a educação ambiental, por meio do contato com a natureza, pode ser feita em ambientes não obrigatoriamente acadêmicos. De acordo com Hillel (1996), “viajar sempre foi uma das formas mais eficientes,

prazerosas e completas de educação” (s.p.). E o envolvimento comunitário, nesse entendimento, mostra-se um vetor eficaz de execução. Pode-se considerar que, dentro da atividade de turismo de base comunitária, há uma proposta de educação ambiental baseada na construção de valores, estímulo a adoção de postura ética e solidária para com a natureza e resolução dos problemas que a afetam (Azevêdo, 2014). Agrega-se, então, ao turismo, o desenvolvimento sustentável das localidades (Barbieri & Silva, 2011; Sachs, 2018) e a capacidade de integração e mobilização de atores sociais (Correia et al., 2019) e recursos para a geração de benefícios socioeconômicos e mudança social. Desse modo, estudar os atores sociais envolvidos nesses processos e seus feitos coletivos é um caminho para a proposição de ações geridas e controladas para o desenvolvimento das comunidades em que eles estão situados. Dentre os canais utilizados, o Turismo de Base Comunitária é um exemplo significativo.

O Turismo de Base Comunitária como percurso - Possuindo entendimento complexo, mutável, multifacetado e multidimensional (Peréz, 2009), o turismo, entendido como o conjunto de atividades que as pessoas realizam durante viagens e estadas em lugares distintos do seu entorno habitual por menos de um ano (Sancho, 2001), representa um dos principais motores do desenvolvimento econômico dos países (Carneiro, Oliveira, & Carvalho, 2010; Cooper, 2007; Fletcher, 2017; Grimm & Sampaio, 2016; Ramos & Costa, 2017). Uma vez que o turismo representa um indutor de desenvolvimento transversal e da própria evolução da sociedade (Ramos & Costa, 2017), ele pode gerar impactos positivos, bem como negativos na localidade que é desenvolvido. Nesse sentido, (Walker, 2002) destaca como possíveis benefícios do turismo: abertura de fronteiras, geração de emprego e renda, intercâmbio intercultural, dentre outros. Silva, Matta e Sá (2016) observam que o atual modelo de turismo, capitalista, preza pela exploração de recursos naturais, culturais e humanos, favorecimento de grandes empreendimentos, comercialização da cultura, entre outros inúmeros fatores.

Na última década, percebe-se uma significativa mudança no perfil dos turistas, já que passaram a incorporar aspectos sustentáveis e ecológicos ao TBC (Fabrino, Nascimento, & Costa, 2016; Gómez et al., 2015; Grimm & Sampaio, 2016). Sendo assim, as comunidades perceberam tal modificação como uma oportunidade para gerar fontes alternativas de renda, diminuindo a pobreza (Brandão et al., 2014). Em contrapartida a uma concepção do turismo como mercadoria do sistema capitalista sendo degradador nas localidades que não é trabalhado as questões da

sustentabilidade (Grimm & Sampaio, 2016), dissemina-se na literatura o emergente conceito de Turismo de Base Comunitária [TBC] ou turismo comunitário. Esse construto assume uma perspectiva responsável, no que tange a valorização de práticas, por uma economia solidária, autogestão da cadeia produtiva, associativismo e valorizando o protagonismo local (Brasil 2010).

No Turismo de Base Comunitária, a atenção é voltada para o envolvimento da comunidade local que desenvolvem o turismo e de que maneira tal atividade pode envolver os moradores locais daquela região turística. Para Hiwasaki (2006), o TBC deve se manifestar por meio de quatro propostas, sendo estas: (1) participação da comunidade no planejamento e na gestão; (2) conservação dos recursos naturais e culturais; (3) geração de benefícios socioeconômicos para a comunidade local; (4) promoção de uma experiência de qualidade ao visitante. Inicialmente, no Brasil, o TBC era apontado pelos estudiosos como periférico e distante da realidade de tendências políticas nacionais e internacionais. Contudo, por volta de 1990, o conceito foi levado para debate no Encontro de Turismo de Base Local [ENTBL], onde foi destacada a importância do desenvolvimento de pesquisas sobre a temática (Fabrino et al., 2016).

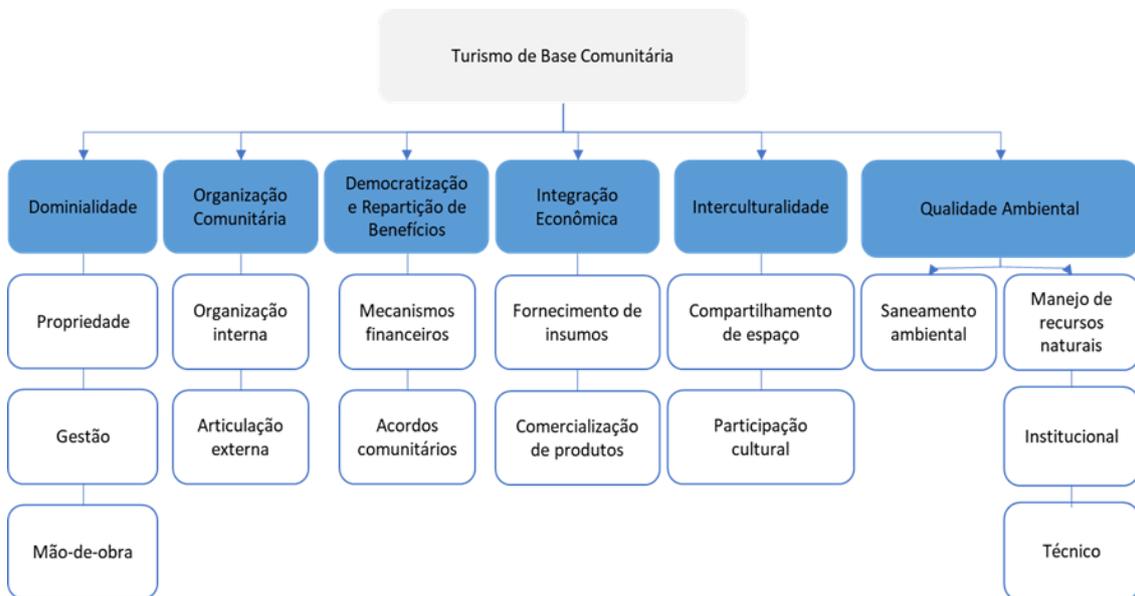
O Turismo de Base Comunitária, de acordo com Castro e Pinto (2013), é uma rede social que integra um conjunto de práticas originadas e incorporadas pela comunidade receptora, levando em conta a participação coletiva e efetiva, em prol de um bem comum. Grimm e Sampaio (2016) corroboram Castro e Pinto (2013), afirmando que o turismo com características comunitárias, solidárias e sustentáveis possui o potencial de proporcionar aos agentes que se envolvem na atividade, melhoria de qualidade de vida, prosperidade dos micro empreendimentos e diversificação econômica. Fabrino et al. (2016), que têm se dedicado ao estudo do TBC, propõem um framework referencial de análise para iniciativas do Turismo de Base Comunitária, baseado em princípios, premissas e componentes do TBC, dispostos na referida literatura. Sendo assim, são elementos-chave da sua pesquisa e suas respectivas descrições:

- Dominialidade: grau de domínio da comunidade sobre os aspectos de controle, propriedade e gestão da atividade;
- Organização comunitária: modelo e processo de gestão consolidado em torno do TBC e interação com o ambiente externo;
- Democratização de oportunidade e repartição de benefícios: existência de mecanismos que contribuem para a repartição dos benefícios advindos do turismo e democratização da oportunidade de acessos dos membros às atividades ligadas ao turismo;

- Integração econômica: integração do turismo com outras atividades econômicas da localidade – identificação de novos arranjos após o turismo;
- Interculturalidade: intercâmbio cultural, troca de referências e experiências entre os turistas e a comunidade local;
- Qualidade ambiental: condições da comunidade com relação ao saneamento ambiental e as formas de manejo de recursos naturais locais.

Fabrino et al. (2016) atribuíram critérios para evidenciar os objetivos específicos de cada um desses elementos, expostos na Figura 1. A partir do modelo referencial percebe-se que a implementação do Turismo de Base Comunitária deve ser avaliada sob diversas perspectivas, com o objetivo de viabilizar o protagonismo das comunidades na atividade turística. Para além dos avanços teóricos, a prática do TBC apresenta um novo olhar de relevante contribuição para o desenvolvimento do campo à medida que se correlaciona com a EA e a IS. Essa interdisciplinaridadeⁱⁱ permite a formação de um campo temático como uma possibilidade alternativa para discussões. Nesse ensejo, é valiosa a produção de estudos empíricos que se proponham a observar se as premissas teóricas são observáveis nos destinos receptores.

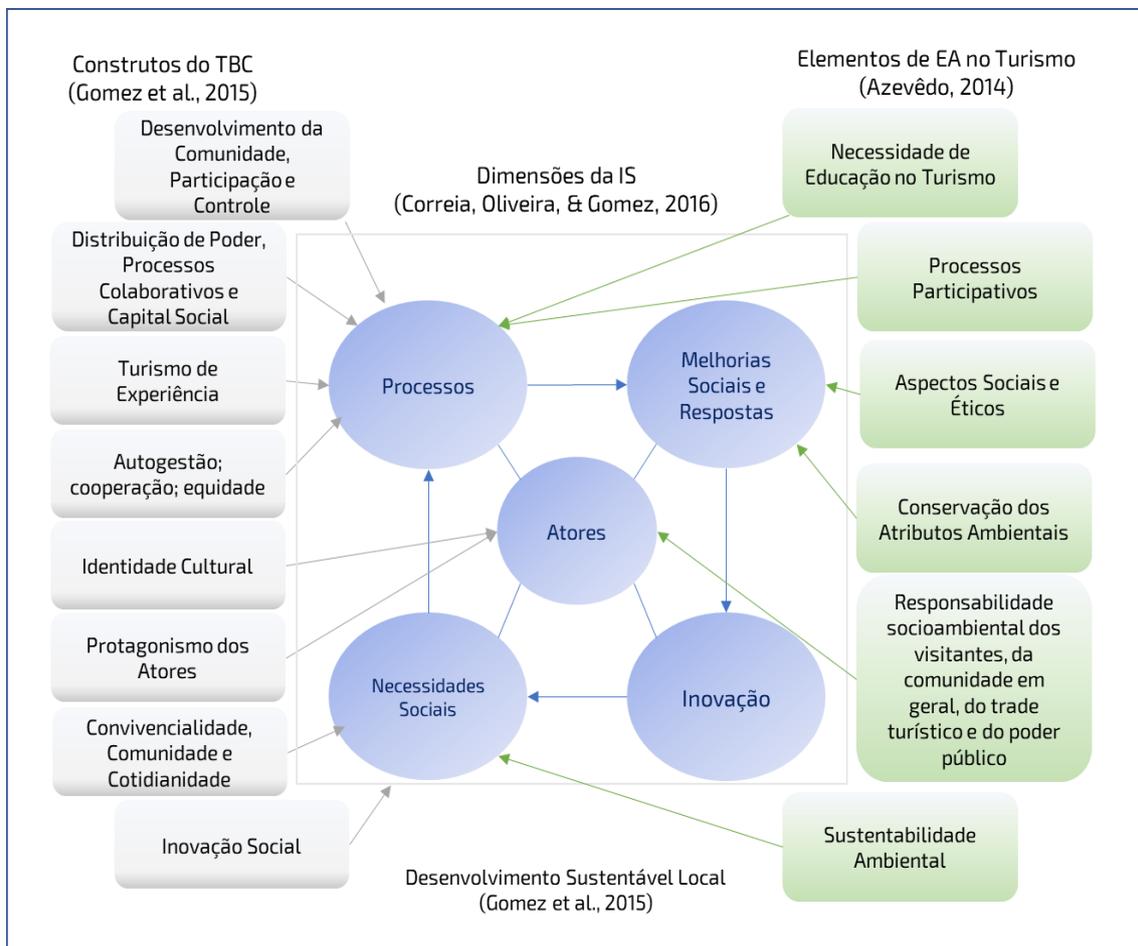
Figura 1. Elementos-chave de análise para iniciativas de TBC.



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Fabrino et al. (2016).

Em um cenário ambiental conturbado e carente de esforços conjuntos para a atenuação de seus problemas (Barbieri & Silva, 2011), a Educação Ambiental surge como uma frente necessária na tentativa de preservação do espaço natural e dos recursos naturais de modo mais eficiente. No entanto, o conceito EA ainda percorre um campo em construção, anteriormente relacionado apenas a fatores ecológicos de cuidados pontuais com a natureza (Freitas et al., 2019). Surge, então, a necessidade de novas maneiras de envolvimento de atores sociais para o enfoque e resolução de problemas também de ordem ambiental, entendimento que subsidia adequadamente a discussão da EA em diversas atividades, a exemplo do Turismo de Base Comunitária, possibilitando um entendimento de caráter necessário, crítico e transversal de ocorrência do fenômeno. Nessa perspectiva, recorre-se à congruência entre TBC e IS, apresentada por Gomez et al. (2015), as dimensões da IS, propostas por Correia, Oliveira e Gomez (2016), e as variáveis da Educação no Turismo, discutidas por Azevêdo (2014). Relacionando as práticas para a consolidação de um processo defendido por Gomez et al. (2015) como desenvolvimento sustentável localⁱⁱⁱ. Assim, o escopo que apresenta essas articulações está exposto na Figura 2.

Figura 2. Framework com a congruência entre os construtos.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Os três construtos apresentam similaridade de atores e de processos, em que os fins pretendidos percorrem aspectos de transformação social e de desenvolvimento local sustentável (Azevêdo, 2014; Correia et al., 2016; Gomez et al., 2015). Com o enfoque nas realizações dos atores sociais envolvidos, tem-se que os processos apresentam caráter identitário, participativo e colaborativo (Azevêdo, 2014; Gomez et al., 2015). Em síntese, esse tipo de desenvolvimento trata-se de uma promoção da qualidade de vida da comunidade a partir de soluções para os problemas sociais dela, de modo que se preserve tradições e costumes locais (Gomez et al., 2015), representando a essência transformadora e participativa da inovação social (Abad & Ezponda, 2019; Correia et al., 2016; Gómez et al., 2015; Souza et al., 2019; Ziegler, 2017).

Observa-se que a literatura sobre a temática da EA enxerga suas práticas em ambientes naturais, como sendo significativamente válidas e capazes visivelmente de otimizar seus resultados quando há um processo de troca entre atores sociais envolvidos (Braun & Dierkes, 2017; Prévot et al., 2018), o que ocorre no Turismo de Base Comunitária. O TBC é capaz de integrar a participação coletiva, o desenvolvimento do local e ainda agregar bem-estar e conhecimentos emancipatórios nos participantes, sejam econômicos, sociais e/ou ambientais (Castro & Pinto, 2013; Grimm & Sampaio, 2016). Indissociavelmente, o TBC possui componentes ligados à educação, em especial aos postulados pela Educação Ambiental, uma vez que a construção de reflexões e comportamentos é o primeiro passo para o começo das resoluções de cunho socioambiental (Azevêdo, 2014; Hillel, 1996).

Diante dessa reflexão, é possível aprofundar o entendimento do processo discutido e caracterizá-lo como um caminho inovativo de cunho social que une a necessidade de desenvolvimento econômico e de sensibilização coletiva e cidadã acerca da problemática ambiental, que culmina em importantes resultados socioambientais para as comunidades. Em primeira instância a harmonização da comunidade e a busca pelo bem-estar de ordens diversas, posteriormente a difusão de conhecimento, emancipação de participantes e busca por novas necessidades que impulsionem a melhoria da qualidade de vida. Nesse sentido, a dinâmica da inovação social caracteriza o processo como um conjunto de esforços coletivos destinados à construção de soluções para os problemas sociais existentes (Cajaiba-Santana, 2014; Correia et al., 2016; Souza et al., 2019), bem como a reflexão e criação de novas necessidades no âmbito do turismo de base comunitária, de modo a direcioná-lo a uma significativa contribuição para o desenvolvimento da comunidade no qual está inserido.

Quando se discute processos e alternativas de melhorar uma comunidade, seja socialmente, ambientalmente ou economicamente, não devem existir barreiras que impeçam variadas atividades de serem incorporadas umas às outras. A complexidade do meio social e as possibilidades de atuação para melhoria das comunidades exigem novas perspectivas de atuação e controle. O TBC, por si só, já traz em seu escopo, como discutido anteriormente, componentes que possibilitam uma maior compreensão sobre todos os fatores discutidos neste trabalho, seja relacionado à gestão, à capacidade de racionalização de recursos naturais, e até a geração de benefícios socioeconômicos para os atores sociais envolvidos no processo (Hiwasaki, 2006). Observa-se, então, a afinidade de propósitos nos processos até aqui

discutidos. Desse modo, a Educação Ambiental no Turismo de Base Comunitária representa uma congruência para inovação social, uma vez que ambos comungam peculiaridades que, quando somadas, têm a capacidade de emancipar atores sociais envolvidos para ações importantes que culminam no desenvolvimento das comunidades impactadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo realizou uma análise da relação entre a Educação Ambiental e o Turismo de Base Comunitária e como os construtos conjuntamente refletem uma iniciativa de inovação social. Para isso, a discussão demonstrou, por meio de um framework a integração dos processos para a consolidação do desenvolvimento local sustentável e da transformação social objetivados como produtos da IS (Abad & Ezponda, 2019; Gomez et al., 2015; Souza et al., 2019; Ziegler, 2017).

As concepções da educação ambiental, embora advindas de uma suposta e aparentemente complexa relação homem-natureza, carregam consigo valores imbricados dos pressupostos teóricos em que estão alicerçados. Como reflexão teórica, os educadores ambientais podem utilizar a concepção de meio ambiente natural definida pela corrente conservadora ou emancipatória. Neste sentido, em ambas as correntes, se pode encontrar estudos com resultados positivos, ressaltando que existe a possibilidade das atividades de EA, ao utilizarem o mecanismo de ‘conexão com a natureza’, contribuir com a formação do sujeito ecológico, embasado nas correntes críticas. É o caso da inserção da Educação Ambiental no Turismo de Base Comunitária que, sob a perspectiva teórica, possui grande potencial de impulsionar o desenvolvimento de localidades por meio da participação ativa de atores sociais, já que estes, ao atuarem nas atividades relacionadas, buscam transformar suas realidades socioeconômicas com vistas a beneficiar coletivamente os atores sociais envolvidos.

A literatura sobre o TBC enquadra-o numa alternativa para minimizar os impactos negativos de um turismo com viés capitalista, que por muitas vezes beneficia apenas os grandes empresários. Isso porque apesar de ser criticado por parecer emergir de uma base teórica frágil, tem sido objeto de estudo de muitos pesquisadores, sobretudo pelo fato de poder ser trabalhado de maneira multidisciplinar e transversal. Compreender o TBC como um celeiro de inovações sociais permite que sejam criadas perspectivas, em que a própria comunidade, conhecedora das suas reais necessidades, desenvolva mecanismos que possibilitem sua emancipação econômica,

social e cultural. Processo que pode fortalecer e disseminar a importância e realização de práticas relacionadas aos aspectos ambientais, fortalecendo a Educação Ambiental aplicada a um novo formato, que se apresenta como uma inovação social por ser pensada de maneira coletiva e inovadora em um meio que favorece a utilização de recursos naturais de maneira inteligente e consciente.

Nesse sentido, este artigo contribui teoricamente com a integração inédita de três conceitos emergentes na literatura e com notável impacto socioeconômico, favorecendo a amplificação conceitual das temáticas apresentadas e a possibilidade de investigações empíricas que forneçam suporte para o desenvolvimento de práticas que aperfeiçoem as iniciativas de TBC. Por fim, observa-se que este estudo apresenta limitações por desenvolver discussões concentradas em articulações teóricas. Sugere-se, então, novas pesquisas que analisem empiricamente os processos aqui discutidos, bem como os seus resultados longitudinalmente para uma compreensão melhor do campo temático em construção.

REFERÊNCIAS

- Abad, A. G., & Ezponda, A. G. (2019). Recursos y dilemas de la innovación social: un concepto problemático. *RES - Revista Española de Sociología* 28(3), 135-150. [Link](#)
- Anglada, S. E. (2016). From social innovation to the solidarity-based economy: key practices for the development of public policies. *CIRIEC Espana Revista de Economia Publica Social y Cooperativa*, 88, 200-230. [Link](#)
- Azevêdo, Á. S. de C. (2014). A Educação ambiental no turismo como ferramenta para a conservação ambiental. *Amazônia, Organizações e Sustentabilidade*, 3(1), 77-86. [Link](#)
- Barbieri, J. C., & Silva, D. da. (2011). Desenvolvimento sustentável e educação ambiental: uma trajetória comum com muitos desafios. *RAM - Revista de Administração Mackenzie*, 12(3), 51-82. [Link](#)
- Boni, A., Belda-Miquel, S. & Pellicer-Sifres, V. (2018). Innovación transformadora. Propuestas desde la innovación social colectiva para el desarrollo humano. *RECERCA - Revista De Pensament I Anàlisi*, 23, 67-94 [Link](#)
- Brandão, C. N., Barbieri, J. C., Reyes Junior, E., & João, C. de M. (2014). Análise da produção científica internacional sobre turismo indígena de 1990 a 2013: um estudo bibliométrico e proposição de uma agenda de pesquisa. *Pasos - Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 12(4), 673-684. [Link](#)

Batista, L. F.; Santana, J. C. de; Brito, S. F.; Correia, S. É. N.; & Maracajá, K. F. B. (2021). Educação Ambiental em Iniciativas de Turismo de Base Comunitária: Uma Congruência Para Inovação Social. **Rosa dos Ventos Turismo e Hospitalidade**, 13(4), p. 1-17. DOI <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v13i4p1212>

- Brasil. Ministério do Turismo (2010). *Ecoturismo: orientações básicas*. Brasília: Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. [Link](#)
- Braun, T., & Dierkes, P. (2017). Connecting students to nature: how intensity of nature experience and student age influence the success of outdoor education programs. *Environmental Education Research*, 23(7), 937-949. [Link](#)
- Cajaiba-Santana, G. (2014). Social innovation: Moving the field forward. A conceptual framework. *Technological Forecasting and Social Change*, 82, 42-51. [Link](#)
- Carneiro, E., Oliveira, S. A. de., & Carvalho, K. D. (2010). Turismo cultural e sustentabilidade: uma relação possível? *Revista Eletrônica de Turismo Cultural*, 4(1), 4-22. [Link](#)
- Castro, L. L. C., & Pinto, R. (2013). Sustentabilidade e turismo comunitário: aspectos teórico-conceituais. *Caderno Virtual de Turismo*, 13(2), 213-226. [Link](#)
- Cooper, C. (2007). *Turismo: princípios e prática*. Porto Alegre: Bookman.
- Correia, S. É. N., Melo, L. S. A. de., & Oliveira, V. M. de. (2019). Inovação social e sociedade civil: conteúdo, processos e empoderamento. *REUNIR - Revista de Administração Contabilidade e Sustentabilidade*, 9(1), 50-62. [Link](#)
- Correia, S. E. N., Oliveira, V. M. de., & Gomez, C. R. P. (2016). Dimensions of social innovation and the roles of organizational actor: the proposition of a framework. *RAM - Revista de Administração Mackenzie*, 17(6), 102-133. [Link](#)
- Dias, G. F. (2015). *Educação e gestão ambiental*. São Paulo: Global.
- Fabrino, N. H., Nascimento, E. P. do., & Costa, H. A. (2016). Turismo de Base Comunitária: uma reflexão sobre seus conceitos e práticas. *Caderno Virtual de Turismo*, 16(3), 172- 90. [Link](#)
- Franco, A. de. (2000). *Porque precisamos de desenvolvimento local integrado e sustentável*. Brasília, DF: Instituto de Política Millenium.
- Fletcher, R. (2017). Connection with nature is an oxymoron: a political ecology of 'nature-deficit disorder'. *The Journal of Environmental Education*, 48(4), 226-233. [Link](#)
- Freitas, A. L., Cunha, M. A. M. da, & Lamas, S. A. (2019). Requalificação da Fazenda Colubandê em São Gonçalo-RJ como atrativo turístico por meio de práticas de ecoturismo e educação ambiental. *Caderno Virtual de Turismo*, 18(3), 59-73. [Link](#)
- Gerometta, J., Haussermann, H., & Longo, G. (2005). Social innovation and civil society in urban governance: strategies for an inclusive city. *Urban studies*, 42(11), 2007-2021. [Link](#)
- Gomez, C. R. P., Falcão, M. C., Castillo, L. A. G., Correia, S. N., & Oliveira, V. C. (2015). Turismo de Base Comunitária como Inovação Social: congruência entre os constructos. *PASOS - Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 13(5), 1213-1227. [Link](#)

Batista, L. F.; Santana, J. C. de; Brito, S. F.; Correia, S. É. N.; & Maracajá, K. F. B. (2021). Educação Ambiental em Iniciativas de Turismo de Base Comunitária: Uma Congruência Para Inovação Social. **Rosa dos Ventos Turismo e Hospitalidade**, 13(4), p. 1-17. DOI <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v13i4p1212>

- Gordon, A., Becerra, L. D., & Fressoli, M. (2017). Potentialities and constraints in the relation between social innovation and public policies. *Ecology and Society*, 22(4), s/p. [Link](#)
- Grimm, I. J., & Sampaio, C. A. C. (2016). Turismo comunitário: possibilidade de adaptação diante das mudanças ambientais e climáticas. *Caderno Virtual de Turismo*, 16(2), 62-78. [Link](#)
- Hillel, E. O. (1996). *Turismo ambiental: uma jornada de conhecimento*. Dissertação, Mestrado em Educação, Universidade Paulista, Brasil.
- Hiwasaki, L. (2006). Community-based tourism: a pathway to sustainability for Japan's protected areas. *Society and Natural Resources*, 19(8), 675-692. [Link](#)
- Ibrahim, S. (2017). How to build collective capabilities: the 3c-model for grassroots-led development. *Journal of Human Development and Capabilities*, 18(2), 197-222. [Link](#)
- Ivanova, A., Zia, A., Ahmad, P., & Bastos-Lima, M. (2020). Climate mitigation policies and actions: access and allocation issues. *International Environmental Agreements: Politics, Law and Economics*, 20, 287-301. [Link](#)
- Law, M. M. S., Hills, P., & Hau, B. C. H. (2017). Engaging employees in sustainable development—a case study of environmental education and awareness training in Hong Kong. *Business Strategy and the Environment*, 26(1), 84-97. [Link](#)
- Loureiro, C. F. B. (2006). Complexidade e dialética: contribuições a práxis política e emancipatória em educação ambiental. *Educação Social*, 27(94), 131-152. [Link](#)
- MacCallum, D. (2009). *Social innovation and territorial development*. Farnham, Reino Unido: Ashgate
- Martins, M. de F., & Cândido, G. A. (2012). Índices de desenvolvimento sustentável para localidades: uma proposta metodológica de construção e análise. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, 6(1), 3-19 [Link](#)
- Moraes, L. C. A. (2017). O ambiente laboral sob o ponto de vista da legislação ambiental brasileira. *Contribuciones a las Ciencias Sociales*, 2017(12), s/p. [Link](#)
- Motta, F. C. P. (1971). A teoria geral dos sistemas na teoria das organizações. *Revista de Administração de Empresas*, 11(1), 17-33. [Link](#)
- Moulaert, F., Martinelli, F., González, S., & Swyngedouw, E. (2007). Introduction: social innovation and governance in European cities: urban development between path dependency and radical innovation. *European Urban and Regional Studies*, 14(3), 195-209. [Link](#)

Batista, L. F.; Santana, J. C. de; Brito, S. F.; Correia, S. É. N.; & Maracajá, K. F. B. (2021). Educação Ambiental em Iniciativas de Turismo de Base Comunitária: Uma Congruência Para Inovação Social. *Rosa dos Ventos Turismo e Hospitalidade*, 13(4), p. 1-17. DOI <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v13i4p1212>

- Otto, S., & Pensini, P. (2017). Nature-based environmental education of children: Environmental knowledge and connectedness to nature, together, are related to ecological behavior. *Global Environmental Change*, 47, 88-94. [Link](#)
- Peréz, X. P. (2009). *Turismo cultural*. Uma visão antropológica. Coleção Pasos Edita, 2. Espanha: Aca y Pasos [Link](#)
- Prévot, A.-C., Clayton, S., & Mathevet, R. (2018). The relationship of childhood upbringing and university degree program to environmental identity: experience in nature matters. *Environmental Education Research*, 24(2), 263-279. [Link](#)
- Ramos, D. M., & Costa, C. M. (2017). Turismo: tendências de evolução. *PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP*, 10(1), 21-33. [Link](#)
- Sachs, J. (2018). *A era do desenvolvimento sustentável*. Lisboa: Leya.
- Sancho, A. (2001). *Introdução ao Turismo*. São Paulo: Roca.
- Schubert, C. (2018). Social Innovation: a new instrument for social change?. In: W. Rammert, et al. (2018). *Innovation society today*, (pp. 371-391). Springer.
- Silva, F. de P. S., Matta, A. E. R., & De Sá, N. S. C. (2016). Turismo de base comunitária no antigo Quilombo Cabula. *Caderno Virtual de Turismo*, 16(2), 79-92. [Link](#)
- Souza, A. C. A. A., Lessa, B. de S., & Silva Filho, J. C. L. (2019). Social innovation and the promotion of local economic development. *Innovation & Management Review*, 16(1), 55-71. [Link](#)
- Teksoz, G., Sahin, E., & Tekkaya-Oztekin, C. (2012). Modeling environmental literacy of university students. *Journal of Science Education and Technology*, 21(1), 157-166. [Link](#)
- Walker, J. R. (2002). *Introdução à hospitalidade*. São Paulo: Manole.
- Ziegler, R. (2017). Social innovation as a collaborative concept. *Innovation: The European Journal of Social Science Research*, 30(4), 388-405. [Link](#)

NOTAS

ⁱ **Teoria Geral de Sistemas** - Teoria desenvolvida pelo biólogo alemão Ludwig von Bertalanffy que apresenta o modelo do sistema aberto, um complexo de elementos em interação e em intercâmbio contínuo com o ambiente. Em seu livro, Teoria geral dos sistemas, o autor considera a teoria aplicável aos campos da Física, da Biologia e das Ciências Sociais. Ver Motta (1971).

Batista, L. F.; Santana, J. C. de; Brito, S. F.; Correia, S. É. N.; & Maracajá, K. F. B. (2021). Educação Ambiental em Iniciativas de Turismo de Base Comunitária: Uma Congruência Para Inovação Social. **Rosa dos Ventos Turismo e Hospitalidade**, 13(4), p. 1-17. DOI <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v13i4p1212>

ii **Interdisciplinaridade** – Aqui entendida como a relação interna entre dos campos do conhecimento. Entende-se que os construtos, embora sejam pertencentes a práticas e saberes distintos, apresenta congruências.

iii **Desenvolvimento sustentável local** – Aqui entendido como um processo de mobilização social em espaços locais para melhoria de vida da população, por meio de oportunidades sociais, viabilidade econômica e cuidado com a utilização de recursos naturais. Ver Franco (2000).

PROCESSO EDITORIAL

Recebido: 28 AGO 20 Aceito: 26 MAI 21